

Banco Pecúnia S.A.

CNPJ nº 60.850.229/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, Em 03 de maio de 2017 o Banco Central por meio do ofício 8008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Banco Pecúnia S.A. para a Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimento. A operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017. Submetemos à apreciação de V.S.s. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O patrimônio líquido da Instituição ao final do semestre é R\$ 53.964 milhões (R\$ 73.638 milhões em 2016). O prejuízo do semestre é R\$ 3.417 milhões (R\$ 24.958 milhões em 2016).
São Paulo, 28 de agosto de 2017

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 30 de Junho de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		58.879	68.947	Circulante		344	1.423
Disponibilidades	4	10	221	Outras Obrigações		344	1.423
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	57.753	62.100	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	3
Aplicações em depósitos interfinanceiros		57.753	62.100	Fiscais e previdenciárias	9.b)	115	234
Relações Interfinanceiras		31	103	Diversas	9.c)	229	1.186
Créditos vinculados		-	4	Exigível a Longo Prazo		64.303	56.773
Relações com correspondentes		31	99	Outras Obrigações		64.303	56.773
Operações de Crédito		999	6.360	Fiscais e previdenciárias	9.b)	47.622	44.315
Sector privado	7	1.861	12.374	Diversas	9.c)	16.681	12.458
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(862)	(6.014)	Resultados de Exercícios Futuros		14	86
Outros Créditos	9.a)	73	41	Receitas de exercícios futuros		24	86
Diversos		73	41	Patrimônio Líquido		53.964	73.638
Outros Valores e Bens		13	122	Capital social de domiciliados no país	16	555.535	561.536
Outros valores e bens		13	28	Reservas de capital	21	-	208
Despesas antecipadas		10	94	Ajustes de avaliação patrimonial		(18)	(5)
Realizável a Longo Prazo		59.776	54.178	Prejuízos acumulados		(501.533)	(488.161)
Títulos e Valores Mobiliários	6	10.676	5.454				
Carteira própria		10.676	5.454				
Operações de Crédito		1.886	3.101				
Sector privado	7	2.902	5.034				
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(1.016)	(1.933)				
Outros Créditos	9.a)	47.192	45.581				
Diversos		47.192	45.581				
Outros Valores e Bens		22	42				
Outros valores e bens		22	36				
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(36)	(37)				
Despesas antecipadas	10	22	42				
Permanente		-	8.795				
Investimentos	12	-	7.937				
Participações em controladas no país		-	7.937				
Imobilizado de Uso	13	-	816				
Imóveis de uso		-	10				
Outras imobilizações de uso		-	5.449				
Depreciações acumuladas		-	(4.643)				
Diferido		-	42				
Gastos de organização e expansão		-	1.129				
Amortização acumulada do diferido		-	(1.087)				
Intangível	14	-	-				
Ativos intangíveis		37.964	37.964				
Amortização acumulada do intangível		(37.964)	(37.964)				
Total do Ativo		118.655	131.920	Total do Passivo		118.655	131.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o semestre findo em 30 de junho de 2017 e de 2016

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	561.596	221	180	(1)	(463.324)	98.672
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	80	80
Plano de pagamento baseado em ações	-	(13)	-	-	-	(13)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(180)	-	41	(139)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(24.958)	(24.958)
Saldos em 30 de Junho de 2016	561.596	208	-	(5)	(488.161)	73.638
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	555.535	-	-	(13)	(498.116)	57.406
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(5)	-	(5)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(3.417)	(3.417)
Saldos em 30 de Junho de 2017	555.535	-	-	(18)	(501.533)	53.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), é uma instituição financeira de capital fechado, organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Em 03 de maio de 2017 o Banco Central por meio do Ofício 8008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Banco para a Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos a operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de Agosto de 2017. As demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco Pecúnia revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d. Ativo circulante e realizável a longo prazo: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **(ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **(iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **Instrumentos financeiros derivativos:** A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a "hedge", com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de "hedge", são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN. Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço. A avaliação das operações de futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. **e. Outros valores e bens:** **Despesas antecipadas:** As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. **Bens não de uso:** Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. **f. Permanente:** **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. **h. Passivo circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **i. Passivos contingentes e obrigações legais:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão

sujeitas às atualizações e/ou alterações. **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, o percentual utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%. **k. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: **•** Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. **•** Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades	10	221
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.753	62.100
Total	57.763	62.321

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.753	62.100
Até 3 meses	57.753	62.100
Total	57.753	62.100

Em 2017, o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se a aplicações em CDI Pós a junto a Omni Créditos e Financiamentos e Investimentos S.A. e são atualizadas a 100% do CDI com vencimento em julho de 2017 (R\$ 62.100 em 2016 com o Banco Societé Générale).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017		2016	
Títulos e Valores Mobiliários:	Valor Contábil	Valor de Curva	Valor Contábil	Valor de Curva
Carteira Própria	10.676	10.709	5.454	5.463
Títulos disponíveis para venda	10.676	10.709	5.454	5.463
Letras financeiras do tesouro - LFT	10.676	10.709	5.454	5.463
Total	10.676	10.709	5.454	5.463

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", perda no montante de R\$ 18 (R\$ 5 em 2016), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

6) Composição por prazo de vencimento:

	2017	2016
Títulos disponíveis para venda	10.676	5.454
Acima de 1 ano	10.676	5.454
Total	10.676	5.454

6) Composição por emissor:

	2017	2016
Títulos disponíveis para venda	10.676	5.454
Públicos - Governo federal	10.676	5.454
Total	10.676	5.454

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2017	2016
a) Tipo de operação:	4.763	17.408
Financiamento de veículos	-	4
Crédito pessoal consignado em folha	4.763	17.408
Total	4.763	17.408
b) Composição da carteira por setor de atividade:	4.763	17.408
Sector privado:	4.763	17.408
Pessoas físicas	4.763	17.408
Total	4.763	17.408
c) Composição da carteira por vencimento:	4.763	17.408
Prazo:	4.763	17.408
Carteira vencida a partir de 15 dias	89	3.049
Carteira a vencer até 3 meses	231	3.131
Carteira a vencer de 3 a 12 meses	1.541	6.194
Carteira a vencer de 1 a 3 anos	2.872	4.907
Carteira a vencer de 3 a 5 anos	30	127
Total	4.763	17.408

d) Concentração da carteira de crédito:

	2017		2016	
Valor % sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	23	0,48%	31	0,18%
10 seguintes maiores devedores	181	3,80%	263	1,51%
20 seguintes maiores devedores	297	6,24%	425	2,44%
50 seguintes maiores devedores	570	11,97%	913	5,24%
100 seguintes maiores devedores	924	19,40%	1.544	8,87%
Demais devedores	2.768	58,11%	14.232	81,76%
Total	4.763	100,00%	17.408	100,00%

	2017		2016	
Nível	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira
A	1.464	-	1.464	30,74%
B	43	285	328	6,89%
C	35	370	405	8,50%
D	27	316	343	7,20%
E	8	302	310	6,51%
F	8	237	245	5,14%
G	1	209	210	4,41%
H	114	1.344	1.458	30,61%
Total	1.700	3.063	4.763	100,00%

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para o semestre findo em 30 de junho de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais - exceto prejuízo por ação)

Banco Pecúnia S.A.

CNPJ nº 60.850.229/0001-47

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	2017					
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas						
Obrigações legais	36.968	36.968			3.488	3.488
Prováveis	8.964	8.964	14.279	14.279		
Possíveis	809		124.340		25.226	
Remotas	6.744				1.498	
Total	53.485	45.932	138.619	14.279	30.200	3.488

	2016					
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas						
Obrigações legais	35.462	35.462				
Prováveis	8.853	8.853	9.779	9.779	2.679	2.679
Possíveis	3.150		100.279		26.190	
Remotas	4.204				1.784	
Total	51.669	44.315	110.058	9.779	30.653	2.679

e) Perdas prováveis e obrigações legais: Legais, fiscais e previdenciárias: IRPJ e CSLL - R\$ 20.812 (R\$ 19.152 em 2016). Refere-se ao questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se desfecho dos embargos opostos **PLANO VERÃO** - R\$ 10.084 (R\$ 9.315 em 2016). Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço, referente ao ano base 1997 e 1998, em razão da aplicação do IPC no mês de janeiro de 1999 na correção monetária das demonstrações financeiras. Em acordo, publicado em 13.06.2016, foi reconhecido o direito de aplicar o índice de 42,72% em janeiro/1989, com o reflexo de 10,14% para fevereiro/1989, na correção monetária das demonstrações financeiras dessa sociedade no ano-base de 1989. Aguarda-se a execução fiscal, na qual serão apurados os valores referentes aos depósitos judiciais que serão convertidos em renda da União e levantados em nome do Banco Pecúnia. **PIS** - R\$ 1.177 (R\$ 1.089 em 2016). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 30 de junho de 1999. Aguardando julgamento. **PIS** - R\$ 6.213 (R\$ 5.905 em 2016). Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviço. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal. **IRPJ 1992** - R\$ 1.669 (R\$ 1.842 em 2016). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2012, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. **IRPJ e CSLL 1990** - R\$ 7.669 (R\$ 7.012 em 2015). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. **Trabalhistas:** São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. **Cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões pertinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se às operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	
	2017	2016
Informações da controlada:		
Capital social	-	34.133
Quantidade de cotas	-	9.752.286
Porcentagem da participação (%)	0%	100%
Patrimônio líquido em 30 de Junho	-	7.937,00
(Prejuízo)/Lucro do semestre	-	(5.129)
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	-	6.146
Resultado de equivalência patrimonial	-	(5.129)
Aumento de capital	-	7.000
Ajuste exercício anterior	-	(80)
Saldos no final do exercício	-	7.937

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores do

Banco Pecúnia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Pecúnia S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes - Auditoria das demonstrações financeiras de períodos anteriores. O balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de agosto de 2016, sem modificação.

13. IMOBILIZADO

	2017						2016					
	Taxa anual de depreciação		Depreciação acumulada		Valor líquido		Depreciação acumulada		Valor líquido			
	Custo	Valor	Custo	Valor	Custo	Valor	Custo	Valor	Custo	Valor		
Terrenos	-	-	-	-	3	-	-	-	3	-	-	
Imóveis de uso	4%	-	-	-	7	(6)	1	-	-	-	-	
Instalações	10%	-	-	-	201	(199)	2	-	-	-	-	
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	-	-	-	168	(131)	37	-	-	-	-	
Sistemas de comunicação	10%	-	-	-	61	(36)	25	-	-	-	-	
Sistemas de processamento de dados	20%	-	-	-	4.812	(4.093)	719	-	-	-	-	
Sistemas de segurança	10%	-	-	-	207	(178)	29	-	-	-	-	
Total	-	-	-	-	5.459	(4.643)	816	-	-	-	-	

14. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 30 de junho de 2017, o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 555.535 (R\$ 561.596 em 2016), estava representado por 608.489.004 (615.127.380 em 2016) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacicap S.A., o capital social do Banco Pecúnia S.A. foi reduzido em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com cancelamento de 6.638.376 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 555.535 e o total de 608.489.004 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Esta redução foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. **b) Distribuição de lucros:** Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. **c) Reserva Legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, o Banco não destinou parte do resultado do período para reserva legal.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, líquido da participação estatária	(3.417)	(24.958)	(3.417)	(24.958)
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
IRPJ/CSLL de acordo com a alíquota vigente	854	6.240	683	4.992
Efeito de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	291	2.783	232	2.226
Efeito de IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes	(195)	(1.568)	(154)	(1.253)
Prejuízo fiscal e base negativa	(950)	(7.455)	(761)	(5.965)
Despesa do IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Crédito tributário não constituído no período	(659)	(4.672)	(529)	(3.739)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Diferenças temporárias	277.090	276.470	277.090	276.470
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (**)	209.597	212.380	209.597	212.380
- Provisão para contingências	64.303	56.773	64.303	56.773
- Ajuste a valor de mercado	(33)	(9)	(33)	(9)
- Amortização do ágio	3.134	6.895	3.134	6.895
- Demais	89	431	89	431

Prejuízos fiscais

Total	176.700	179.887	176.700	179.887
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	453.797	456.357	453.797	456.357
25%	25%	20%	20%	
Crédito tributário fiscal	113.449	114.089	90.759	91.271

Base de cálculo:

Crédito tributário não constituído (*)

(*) Em 30 de junho de 2017, os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (20%) acumulados, seriam respectivamente R\$ 113.449 (R\$ 114.089 em 2016) e R\$ 90.759 (R\$ 91.271 em 2016), caso as perspectivas para sua recuperação fossem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. (**) Inclui contratos de financiamento de veículos, baixados para prejuízo, que ainda não cumpriram o prazo de dedutibilidade previsto na Lei 9.430. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na Lei 13.169 em 06 de outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até o ano de 2018.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2017	2016	2017	2016

Omni Crédito e Financiamento e Investimento S.A.
Aplicações em depósitos interfinanceiros 57.753 422

Resumo por conta:
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa nº 5) 57.753 422

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O Banco Pecúnia faz parte do Conglomerado Econômico Financeiro da Omni. A estrutura administrativa do Banco Pecúnia é compartilhada, sendo os Administradores da Omni Crédito, Financiamento e Investimento S.A. comuns ao Conglomerado e apenas parte de suas atividades são dedicadas à administração do Banco Pecúnia. Dessa forma, esses Administradores recebem uma remuneração global paga e registrada pela Omni Crédito, Financiamento e Investimento S.A. onde substancialmente suas atividades são dedicadas. **c) O Banco Pecúnia efetuou o ressarcimento à Omni Crédito e Investimento S.A. referente à estrutura administrativa compartilhada.** No semestre de 2017 o montante de despesa a título de ressarcimento é de R\$12. **l - Participação acionária:** A participação acionária no Banco, em 30 de junho de 2017, estava assim representada:

	2017	
	Ativos/(Passivos)	Receitas/(Despesas)
Ações ordinárias		
Omni Crédito e Investimento S.A.	608.489.004	608.489.004
Total	608.489.004	608.489.004

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
	Despesas de água, energia e gás	-
Despesas de alugueis	(56)	(455)
Despesas de comunicações	(106)	(185)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1)	(11)
Despesas de material	-	(6)
Despesas de processamento de dados	(1.569)	(2.093)
Despesas de publicações	(66)	(70)
Despesas de seguros	(27)	(107)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(165)	(361)
Despesas de serviços de terceiros	(310)	(302)
Despesas de serviços técnicos especializados	(16)	(28)
Despesas de serviços de cobrança	(171)	(643)
Despesas de serviços de consultoria/assessoria	(534)	(1.264)
Despesas com honorários advocatícios	(571)	(1.387)
Despesas de transporte	(1)	(35)
Despesas de depreciação e amortização	-	(498)
Outras despesas administrativas	(4.190)	(11.122)
Total	(7.783)	(18.767)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
	Recuperação de encargos e despesas	54
Variações monetárias	1.597	2.063
Reversão de provisão com processos trabalhistas (Nota explicativa nº 11c)	1.388	204
Reversão de provisão com processos cíveis (Nota explicativa nº 11c)	698	521
Reversão de despesa com intermediação financeira em cessão de crédito	-	285
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	-	120
Outras receitas	380	404
Total	4.117	3.724

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
	Descontos concedidos	(482)
Despesas com juros e multas	-	(503)
Despesas com fraudes	(9)	-
Despesas com provisões com processos trabalhistas (Nota explicativa nº 11c)	(1.040)	(4.887)
Despesas com provisões com processos cíveis (Nota explicativa nº 11c)	(82)	(274)
Despesas com provisões com processos fiscais e previdenciárias (Nota explicativa nº 11c)	(1.691)	(2.533)
Despesas com provisão para perdas	(33)	-
Indenizações cíveis	(1.002)	(1.503)
Outras despesas	(296)	(1.234)
Total	(4.635)	(11.725)

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada com as Instituições integrantes do Conglomerado Econômico Financeiro da Omni e de acordo com as normas vigentes.

William Gouveia Lima - Contador - CRC 1SP273890/O-0

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo 28 de agosto de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Quem quer o seu bem, planta informação de qualidade.

Seção temática Sustentabilidade. Todas as terças-feiras no DCI.

Vamos ao que interessa